



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14030 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

O PAPEL DOS ORGANISMOS SUPRANACIONAIS NA ATUAL CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO

Nelma Bernardes Vieira - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

José dos Santos Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

O PAPEL DOS ORGANISMOS SUPRANACIONAIS NA ATUAL CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO

RESUMO:

O presente artigo objetiva discutir o papel dos organismos supranacionais na proposição da atual contrarreforma do Ensino Médio. O nosso ponto de partida se dá com as alterações nas políticas educacionais no Brasil, a partir dos anos 1990, frente à crise orgânica do capital e as mudanças na política pública de formação humana. A análise toma como referência o aporte teórico de Antonio Gramsci e de István Mészáros para explicar a atuação dos sujeitos representantes do capital no Ensino Médio brasileiro. A partir de referências teóricas e metodológicas do materialismo histórico-dialético, foram analisados dispositivos legais, documentos governamentais e documentos dos organismos supranacionais. A análise aponta que estas mudanças no Ensino Médio brasileiro consistem em uma contrarreforma burguesa. Esta contrarreforma é a renovação da perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana no país e consolida o modelo de desenvolvimento enxuto e flexível do capital, não apenas no Brasil, mas de forma global. Conclui que as alterações na flexibilização curricular e no formato da gestão escolar atualizam a dualidade educacional do país.

Palavras-chave: reformas do ensino; ensino médio; organismos supranacionais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da pesquisa de doutorado em andamento. Neste trabalho, delimitamos nossa análise na compreensão do papel dos organismos supranacionais na atual contrarreforma do Ensino Médio.

Os organismos supranacionais são instituições formadas a partir de iniciativa multilateral de diversos países em prol de um interesse comum no processo de desenvolvimento do capital. Estes organismos funcionam como uma espécie de aparelho de Estado, mas de caráter supranacional, regulando e controlando as ações estatais dos diferentes países membros por meio de uma pedagogia política unificada.

O objetivo do estudo é discutir o papel dos organismos supranacionais na proposição da atual contrarreforma do Ensino Médio. Para isso, recorreremos ao aporte teórico de Antonio Gramsci e István Mészáros.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como de abordagem básica, que busca atualizar a teoria marxista. Na perspectiva de uma pesquisa política, porque visa diagnosticar a realidade e propor ações para transformá-la. A partir do ponto de vista dos seus objetivos é descritiva, com realização de pesquisa bibliográfica por meio de “material já elaborado” (GIL, 2002, p. 48), e análise documental, por meio de fontes “que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p.51). A pesquisa documental, abarca o estudo de documentos disponibilizados pelos organismos supranacionais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A elaboração e a implementação da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) é uma estratégia do capital para a conformação do cidadão/trabalhador ao mundo produtivo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo, como preconiza o *Mundo VUCA*, que é um acrônimo em língua inglesa, que significa Volatilidade (Volatility), Incerteza (Uncertainty), Complexidade (Complexity) e Ambiguidade (Ambiguity). Este conceito aparece primeiro em um ambiente militar, mas os princípios estão sendo replicados no mundo organizacional para a tomada de decisões e planejamentos em todos os campos, inclusive no governo e na política (CALVOSA; FRANCO,2022, p.3). Assim, a proposta de formação flexível presente na contrarreforma do Ensino Médio desqualifica o processo formativo. É um ataque à educação pública e à formação da classe trabalhadora impossibilitando-a de

assumir funções complexas no mundo produtivo.

Os organismos supranacionais agem no campo estrutural realizando parcerias para que os Estados realizem ajustes fiscais nas suas economias. Desse modo, fornecem financiamentos, aconselhamentos políticos e assistências técnicas. No campo superestrutural, contrarreformas educacionais modificando a formação do cidadão/trabalhador. Propõem a ampliação do sistema de ensino, para que estes sujeitos tenham um aumento de oportunidades de aprendizagens tanto em instituições formais quanto informais o que favorece o capital privado. Para Souza (2006), o atual estágio do capitalismo utiliza o rejuvenescimento da *Teoria do Capital Humano* para atender a nova ofensiva do capital no campo educacional. Na ótica do capital humano, a educação para a classe trabalhadora serve como fator de mobilidade social e geração de renda. Na contrarreforma do Ensino Médio, a Teoria do Capital Humano se dá pelo discurso ideológico do individualismo e da meritocracia. Os organismos supranacionais se aliam tanto aos Aparelhos Privados da Hegemonia (APHs) da burguesia quanto ao Estado para disputar a hegemonia, difundindo a ordem social capitalista como único horizonte a ser seguido. Dessa forma, essas alianças buscam neutralizar qualquer tentativa de organização contra hegemônica no âmbito escolar (FIGUEREDO, 2018).

Consideramos as alterações na legislação educacional referente à última etapa da Educação Básica como contrarreforma, pois a partir do aporte teórico de Antonio Gramsci compreendemos a categoria como um conjunto de ações da classe dominante no intuito de acabar com os avanços democráticos realizados pela classe trabalhadora.

Para Gramsci, a burguesia se utiliza de diversos recursos para restaurar velhos instrumentos regulatórios, mas em condições renovadas, com o objetivo de bloquear e, ao mesmo tempo, desmontar qualquer conquista da classe trabalhadora. Por isso, as mudanças realizadas na legislação educacional referentes ao Ensino Médio, são contrarreformas, pois retiram conteúdos, ludibriam os jovens em relação à escolha dos itinerários formativos. A burguesia, ao utilizar da estratégia de reformar as políticas educacionais, visa acionar um tipo de restauração de rompimento das iniciativas de atendimento das demandas da classe que vive do trabalho.

Souza (2022, p. 2) aponta, que “podemos considerar a contrarreforma um tipo de restauração acionada pela burguesia justamente para romper qualquer possibilidade de atendimento às demandas da classe trabalhadora organizada”. Para realizar as mudanças na política educacional são realizadas parcerias do Estado, tanto com os organismos supranacionais quanto com os empresários organizados em Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) da burguesia, tais como movimento Todos Pela Educação, Fundação Lemann, Fundação Itaú, Fundação

Ayrton Senna, entre outros.

Estas parcerias têm o intuito de renovar a formação humana numa perspectiva pragmática, imediatista e interessada, a fim de conformar psicofisicamente os sujeitos da classe trabalhadora a um regime de acumulação enxuta e flexível, para aceitar com naturalidade a precariedade do mundo produtivo e a vida social. Como também conformá-los ética e moralmente, em um modo de regulação social que cabe ao trabalhador todo o custo da sua reprodução produtiva.

Vale a pena destacar, que essa relação entre os organismos supranacionais e os APHs da burguesia, não é uma relação de subordinação, mas sim, de aliados com objetivos comuns, qual seja, a manutenção do sistema capitalista, o uso do domínio ideológico da educação para a mediação do conflito de classes e a formação do cidadão/trabalhador de novo tipo.

Para a análise da atuação dos organismos supranacionais na contrarreforma do Ensino Médio recorreremos a Mészáros (2004, p.59) que nos explica que a ideologia dominante tem uma grande vantagem já que “controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade”. Entre essas instituições, estão os organismos supranacionais que surgem no contexto das duas grandes guerras. Mészáros (2004, p. 59) nos ensina que a ideologia dominante pode “usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno”. Para o autor, isso ocorre devido à relação de forças existente na sociedade e o uso de dois pesos e duas medidas utilizadas pelos defensores da ordem estabelecida.

Neste aspecto, a burguesia utiliza a ideologia para fins práticos, para a manutenção do metabolismo social por meio da mediação do conflito de classes. Mészáros (2004, p. 66) explica que essa finalidade prática da ideologia define a racionalidade adequada do discurso ideológico. O autor aponta que os “indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (e não de “tipos ideais” artificialmente construídos)” são usados a favor da classe dominante. Mészáros esclarece que as escolhas ideológicas dominante são definidas não por “importantes debates culturais” ou “conveniência ideológica”, mas sim, devido aos interesses do capital.

É importante ressaltar que os organismos supranacionais realizam acordos e se articulam com a burguesia local para atingir o objetivo da mundialização do capital, do discurso pós-moderno e do receituário neoliberal. Figueiredo (2022, p.4) explica que os organismos supranacionais atuam de forma ampla e capilarizada para direcionar “a contrarreforma estatal no Brasil e em toda

a periferia do capitalismo mundial”.

Desde a década de 1990, o Brasil adere às orientações dos organismos supranacionais para a aprendizagem ao longo da vida e das oportunidades de aprendizagem. Os organismos defendem o discurso da mundialização do capital, o receituário neoliberal mediado pela Terceira Via e o discurso pós-moderno. Para isso, as ações dos organismos supranacionais são no sentido de fortalecer as alianças e parcerias com os segmentos da sociedade civil, principalmente organizações dissimuladas, como argumenta Santos (2012, p. 54), “sob o rótulo de voluntariado, responsabilidade social, filantropia, institutos culturais e similares”, para implementar a ideologia da classe dominante na sociedade. Os organismos supranacionais buscam ofertar à classe trabalhadora “uma formação adaptada às necessidades do mercado” (UNESCO, 2010, p. 18).

Cabe destacar que, os organismos supranacionais, além de atuarem como intelectuais orgânicos do capital, atuam também como partidos, pois todas as suas ações buscam a hegemonia do capitalismo. Para Gramsci (2017, p. 20), os partidos exercem “função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados”. Nesse sentido, o partido é constituído por uma fração de elite, de sujeitos de cultura, com a função de dirigir tanto do ponto de vista da cultura como da ideologia para a manutenção do capitalismo.

Assim, no campo educacional, nos países periféricos como o Brasil, realizam, por meio de políticas públicas educacionais, uma revolução passiva, fazendo com que ocorra tanto a conformação ético moral quanto a conformação psicofísica do cidadão/trabalhador. Os partidos são necessários para a organização política e, assim, disputar consenso e hegemonia na sociedade e para manter a supremacia burguesa.

Por outro lado, frações da classe trabalhadora, principalmente ligada à educação, desde o anúncio da contrarreforma do Ensino Médio se posiciona contra as alterações; grande parte da classe não tem as informações necessárias para se engajar na luta da revogação da legislação, pois a mídia oculta a verdade do que é o “Novo Ensino Médio”. Várias entidades acadêmicas e de movimentos sociais publicam notas de repúdio. Em 2016, frações de estudantes ocupam escolas em forma de protesto, mas todas essas ações ainda não são suficientes para revogar esta contrarreforma. É preciso continuar resistindo de forma organizada e coesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos organismos supranacionais na contrarreforma do Ensino Médio se dá pela divulgação de documentos que norteiam as políticas públicas e parcerias com Estado e os APHs da burguesia, orientando-os a realizar as contrarreformas educacionais. O objetivo é conformar os cidadãos/trabalhadores ao mundo produtivo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo, como preconiza o *Mundo Vuca*.

Assim, resta a classe trabalhadora resistir de forma ativa à contrarreforma do Ensino Médio e lutar por outra reforma que atenda aos seus interesses de uma formação humana desinteressada do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e de 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Lei nº de trabalho- CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral. Brasília: 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em 28/04/2022.

CALVOSA, Marcello Vinicius Doria; FRANCO, Isabela de Melo. Descomplicando o VUCA (Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity). Investigação e Considerações sobre as Publicações A1 da Área 27 do Qualis/Capes. XLVI Encontro da ANPAD- EnANPAD 2022- On-line-21-23 de set de 2022. 21772576 versão online.

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. Organismos internacionais, gerencialismo e contrarreforma educacional brasileira. RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade, vol.7, nº 12, 2022.

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. Contrarreforma burguesa na gestão de sistemas públicos educacionais no Brasil. In: SILVA, Daniel Eveling da, et al (orgs). Gestão Educacional: reflexões e propostas. Juiz de Fora: Projeto CAEd, Fapepe/JF, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 1991.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SOUZA, José dos Santos. A Educação Superior enxuta e flexível como nicho promissor do mercado educacional. **Trabalho Necessário**, v.20, nº 42, p. 1-27, mai. ago./2022 ISSN: 1808-799XDOI: <http://doi.org/10.22409/tn.v18i36.42812>

SOUZA, José dos Santos. O Recrudescimento da Teoria do Capital Humano. Cadernos CEMARX, n. 3, p. 159-172, 2006.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação um Tesouro a Descobrir: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI. 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590> por Acesso em 16 ago. 2022.